

## Relatório de Acompanhamento do Projeto Processo Judicial Eletrônico (PJe)

<b>Referência do Relatório:</b> maio de 2016	<b>Referência do Relatório Anterior:</b> Não há.
<b>Início Planejado:</b> 2012	<b>Início Real:</b> 2012
<b>Término Planejado:</b> 2018	<b>Término Previsto:</b> A definir.

### 1 SITUAÇÃO DA IMPLANTAÇÃO DO PJE NAS REGIÕES E NA TNU

---

#### 1.1 IMPLANTAÇÃO NA 1ª REGIÃO

**Data de Início:** 01/12/2014.

#### **Número de unidades em que está sendo utilizado**

**Tribunal:** Corte Especial, 4 Seções, 8 Turmas e 26 Gabinetes

**SJDF:** Implantado

**SJGO:** Implantado

**SJRR:** Implantado

**SJTO:** Implantado

**SJMA:** Implantado

**SJAC:** Implantado

**SJAM:** Implantado

**SJMT:** Implantado

**SJPI:** Implantado

**SJPA:** 13/06/2016

**SJBA:** 19/09/2016

**SJMG:** 05/12/2016

#### **Tipos de processo em que está sendo utilizado**

##### 1º grau de jurisdição:

- a) mandado de segurança individual e coletivo;
- b) ação monitória.

##### 2º grau de jurisdição:

1. apelação; agravos de instrumento em processos que tramitem no PJe em 1º grau de jurisdição e Suspensão de Segurança;
2. mandado de segurança sujeito à competência originária do Tribunal;

3. suspensão de segurança, relativamente a processos originários do PJe de 1º grau.

### **Entregas efetivadas e resultados alcançados até 2016.**

1. Integração com e-DJ;
2. Alterações no Sistema Nacional de Cálculos Judiciais para processar informações do sistema PJe.
3. ajustes na rotina de prevenção que o legado executa no PJe;
4. implementação de issues 19754, 21649 e 22852;
5. aperfeiçoamento de fluxos e padronização de nomenclaturas;
6. elaboração de manuais de utilização do PJe de acordo com o perfil de usuário;
7. treinamentos de multiplicadores e de usuários finais.

### **Problemas e riscos identificados, principalmente aqueles que requeiram a atenção do Comitê Gestor.**

1. Lentidão do CNJ em homologar e integrar issues nas versões.
2. Dependência do TRF1 com o CNJ para delegar issues para desenvolvedores. Atualmente, para um desenvolvedor do TRF1 implementar uma issue ele precisa que o CNJ realize um procedimento no JIRA. Como a equipe do CNJ tem demorado a fazer isso, sugiro que o TRF1 tenha autonomia de delegar issues para os seus desenvolvedores sem que seja necessária a intervenção do CNJ no JIRA.

### **Próximas ações previstas**

1. correção dos problemas da 1.7.2.2;
2. ajustes na rotina de prevenção que o legado executa no PJe.
3. Alterações nos sistemas legados para que os módulos de emissão de certidão (Eleitoral, Distribuição) contemplem informações do PJe
4. ajustes no sistema Processual para permitir integração com PJe visando processamento de Requisições de Pagamento e Precatórios em processos.
5. relatórios de produtividade;

6. relatórios de inspeção e correição dos processos do PJe;
7. criação de fluxo de inspeção/correição;
8. integração com o sistema de RPV/Precatórios;
9. integração da certidão Nada Consta com os processos do PJe;
10. inclusão de novas classes processuais no PJe;
11. elaboração dos fluxos dos Juizados Especiais e das Varas de Execução Fiscal.

## 1.2 IMPLANTAÇÃO NA 3ª REGIÃO

*(implantação facultativa exceto para ações da Caixa Econômica Federal que são obrigatórias)*

**Data de início:** 21/08/2015

### **Número de unidades em que está sendo utilizado**

**Tribunal:** 1ª Seção e 2 Turmas, 3ª Seção e 4 Turmas

**SJSP:** São Bernardo do Campo, Sorocaba, Osasco, Barueri, São José dos Campos, Taubaté, Araraquara e Ribeirão Preto.

### **Tipos de processos em que está sendo utilizado**

#### 1º grau de jurisdição:

Todas as ações de competência da 1ª e 3ª Seções do TRF3, exceto execuções fiscais e criminais.

#### 2º grau de jurisdição:

- a) Recursos subsequentes das ações que tramitam no PJe 1º grau:
  - Agravo de Instrumento;
  - Apelação Cível;
  - Apelação/Reexame Necessário;
  - Reexame Necessário;
  - Cautelar inominada;
  - Suspensão de Segurança e Suspensão de Liminar ou Antecipação de Tutela (de competência da Presidência do TRF3)
- b) Mandado de Segurança Originário
- c) Conflito de Competência
- d) Em fase de testes do fluxo para Turma Recursal

## **Entregas efetivadas e resultados alcançados até 2016.**

### **Problemas e riscos identificados, principalmente aqueles que requeiram a atenção do Comitê Gestor.**

1. Liberação de orçamento retido no CNJ sendo que, a previsão com os valores já obtidos, serão suficientes para implantação no máximo até agosto.

### **Próximas ações previstas**

1 Implantação em São José dos Campos, Taubaté, Araraquara e Ribeirão Preto todas ainda em 2016. Testes de fluxo para as Turmas Recursais.

#### **1.3 IMPLANTAÇÃO NA 5ª REGIÃO**

##### **Data de Início:** 2009.

Observa-se que a versão implantada pela 5ª Região não é a mesma mantida pelo Conselho Nacional de Justiça. Trabalha-se para que essas duas versões, a utilizada pela 5ª Região e a Nacional, convirjam para o mesmo conjunto de funcionalidades para que aquela Região migre para a versão adotada pelo Judiciário.

##### **Número de unidades em que está sendo utilizado**

Todas as capitais desde 2010 e 2º Grau desde 2011 para a versão mantida pelo TRF5.

##### **Tipos de processo em que está sendo utilizado**

Procedimento ordinário e seus incidentes processuais e ações conexas desde 2012

## **Entregas efetivadas e resultados alcançados até 2016.**

1. Customização para atender as demandas do Regional

**Problemas e riscos identificados, principalmente aqueles que requeiram a atenção do Comitê Gestor.**

1. Funcionalidades operantes na versão do regional e que não foram integradas à versão nacional.

**Próximas ações previstas**

1. Configurar a versão nacional com as funcionalidades já desenvolvidas no âmbito do TRF5. Deve assumir com o CNJ a estratégia de integração com a versão nacional ( 2.0).

**1.4 IMPLANTAÇÃO NA TNU**

**Data de Início:** 12/12/2013

**Número de órgãos julgadores:** 11

Conforme relata a titular da Secretaria da TNU, após correção de erros impeditivos, foi retomada a fase de execução da implantação do PJe, iniciando serão autuados apenas os processos originários na TNU (previsão para iniciar no dia 04/12/2015). Posteriormente serão incluídos processos oriundos da Seção Judiciária do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, sucessivamente, à medida que a rotina de recebimento se mostre eficiente e eficaz. Ressalta que ainda não há previsão para recebimentos dos processos oriundos das turmas recursais da 3ª Região, mas havendo sucesso com a 4ª Região, será feita a liberação de envio pelas demais regiões, possivelmente no 1º semestre de 2016.

**Tipos de processo em que está sendo utilizado**

Incidentes de unificação de jurisprudência

**Entregas efetivadas e resultados alcançados até 2016.**

Integração via Modelo Nacional de Interoperabilidade com a 4ª Região concluído em maio 2016. Integração com 2ª e 3ª Regiões em fase de implantação. Integração com a 1ª Região programada, também para 2016

**Problemas e riscos identificados, principalmente aqueles que requeram a atenção do Comitê Gestor.**

1. Dificuldades técnicas no envio dos processos da 4ª Região para o PJE e que podem representar um atraso na implantação (exemplo: classificação não padronizada de documentos), maiores detalhes podem ser fornecidos pela equipe de TI do CJF.

**Próximas ações previstas**

Integração com 2ª e 3ª Regiões em fase de implantação. Integração com a 1ª Região programada, também para 2016

2 ESTATÍSTICA DA IMPLANTAÇÃO DO PJE NA JUSTIÇA FEDERAL

Região/CJF	Instância	Total de Processos	TOTAL
1ª Região	1ª	17.482	22.203
	2ª	4.721	
3ª Região	1ª	1.593	3.694
	2ª	2.101	
5ª Região	1ª	ND	ND
	2ª	ND	ND
TNU (1)	2ª	500	500
<b>Total</b>	-		

ND – Não disponível.



JUSTIÇA FEDERAL  
Conselho da Justiça Federal

### 3 ORÇAMENTO DO PROJETO

---

<b>LOA APÓS CORTES NO CONGRESSO NACIONAL</b>	<b>TRF1</b>	<b>TRF2</b>	<b>TRF3</b>	<b>TRF5</b>	<b>CJF</b>	<b>TOTAL</b>
GND 3	328.771,00	52.523,00	52.523,00	48.530,00	0,00	482.347,00
GND 4	51.904,00	51.904,00	51.904,00	51.904,00	0,00	207.616,00
<b>Total</b>	<b>380.675,00</b>	<b>104.427,00</b>	<b>104.427,00</b>	<b>100.434,00</b>	<b>0,00</b>	<b>689.963,00</b>
Percentual	55,2%	15,1%	15,1%	14,6%	0,0%	100,0%

Fonte: SPO/CJF

<b>DOTAÇÃO CONSIGNADA NO CNJ</b>	<b>TRF1</b>	<b>TRF2</b>	<b>TRF3</b>	<b>TRF5</b>	<b>CJF</b>	<b>TOTAL</b>
GND 3 E GND 4	599.454,00	164.443,00	164.443,00	158.155,00	0,00	<b>1.086.495,00</b>
Percentual	55,2%	15,1%	15,1%	14,6%	0,0%	100,0%

Fonte: SPO/CJF